

# Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025



# Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12
1 Contexto operacional.....	12
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	12
3 Gerenciamento de riscos.....	20
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	22
5 Aplicações financeiras vinculadas.....	22
6 Contas a receber de clientes.....	23
7 Imobilizado.....	23
8 Empréstimos e financiamentos.....	24
9 Patrimônio líquido.....	26
10 Receita líquida de vendas.....	27
11 Custos operacionais.....	27
12 Despesas gerais ou administrativas.....	27
13 Resultado financeiro.....	27
14 Partes relacionadas.....	28
15 Instrumentos financeiros.....	29
16 Imposto de renda e contribuição social corrente.....	29
17 Contingências.....	30



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da  
Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.  
Caiçara do Rio do Vento (RN)**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior  
Contador CRC CE-021967/0-5

## Balanços patrimoniais

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.804	20.443
Contas a receber de clientes	6	6.792	5.463
Outros créditos		757	957
Partes relacionadas - outros créditos	14	2	33
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>33.355</b>	<b>26.896</b>
Aplicações financeiras vinculadas	5	19.412	18.616
Outros créditos		553	—
<b>Realizável à longo prazo</b>		<b>19.965</b>	<b>18.616</b>
Imobilizado	7	294.949	307.921
Intangível		10	11
		<b>294.959</b>	<b>307.932</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>314.924</b>	<b>326.548</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>348.279</b>	<b>353.444</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.**  
*Balanços Patrimoniais*  
*em 31 de dezembro de 2025 e 2024*  
*(Em milhares de reais)*

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores		2.276	802
Dividendos a pagar	14	—	1.266
Empréstimos e financiamentos	8	15.343	14.790
Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	99	653
Obrigações fiscais		2.196	1.066
Imposto de renda e contribuição social	16	616	652
Outras contas a pagar		660	73
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>21.190</b>	<b>19.302</b>
Empréstimos e financiamentos	8	241.364	247.690
Outras contas a pagar		584	—
Provisão para desmobilização		3.317	3.182
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>245.265</b>	<b>250.872</b>
<b>Passivo Total</b>		<b>266.455</b>	<b>270.174</b>
Patrimônio Líquido	9		
Capital social		71.278	71.278
Reserva legal		798	798
Reserva de lucros a distribuir		9.748	11.194
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>81.824</b>	<b>83.270</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>348.279</b>	<b>353.444</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	10	61.740	64.992
Custos operacionais	11	(34.504)	(28.417)
<b>Lucro bruto</b>		<b>27.236</b>	<b>36.575</b>
Despesas gerais ou administrativas	12	(1.120)	(852)
Outras despesas operacionais		(37)	(1.272)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(1.157)</b>	<b>(2.124)</b>
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos</b>		<b>26.079</b>	<b>34.451</b>
Receitas financeiras	13	5.562	3.158
Despesas financeiras	13	(29.251)	(29.868)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(23.689)</b>	<b>(26.710)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>2.390</b>	<b>7.741</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(3.836)	(3.127)
<b>Prejuízo (Lucro) do exercício</b>		<b>(1.446)</b>	<b>4.614</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo (Lucro) do exercício	<u>(1.446)</u>	<u>4.614</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>—</u>	<u>—</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	<u>—</u>	<u>—</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u><u>(1.446)</u></u></b>	<b><u><u>4.614</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A.**  
*Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido*  
em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

## Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		71.278	531	8.113	—	79.922
Lucro do exercício		—	—	—	4.614	4.614
<b>Destinação do Lucro</b>						
Reserva legal	9	—	267	—	(267)	—
Dividendos obrigatórios	9	—	—	—	(1.266)	(1.266)
Reserva de lucros a distribuir	9	—	—	3.081	(3.081)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		71.278	798	11.194	—	83.270
Prejuízo do exercício		—	—	—	(1.446)	(1.446)
Absorção de prejuízos	9	—	—	(1.446)	1.446	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		71.278	798	9.748	—	81.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo (Lucro) do exercício		(1.446)	4.614
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação	7	13.779	13.788
Rendimento de aplicações	5	(2.414)	(1.350)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	28.466	29.061
Resultado da baixa de imobilizado	7	199	26
Imposto de renda e contribuição social	16	3.836	3.127
Apropriação do custo de captação	8	640	423
Outros		953	993
		<b>44.013</b>	<b>50.682</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber de clientes		(1.329)	3.685
Outros créditos		(1.170)	(363)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(523)	1.622
Fornecedores		1.474	(1.070)
Obrigações fiscais		563	(1.420)
Outras contas a pagar		1.172	(147)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>44.200</b>	<b>52.988</b>
Juros pagos sobre mútuos		—	(129)
Ressarcimento de seguros		—	888
Impostos pagos sobre o lucro	16	(2.943)	(1.579)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>41.257</b>	<b>52.168</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras	5	(2.216)	(18.018)
Resgates de aplicações financeiras	5	3.472	9.009
Aquisição de imobilizado	7	(1.006)	(3.025)
Aquisição de intangível		(1)	(6)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>249</b>	<b>(12.040)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos acionistas	9	(1.266)	(2.520)
Captações de empréstimos e financiamentos	8	—	12.482
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	8	(15.124)	(12.041)
Mútuos pagos a acionistas		—	(5.500)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	(16.148)	(13.690)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(3.607)	(3.571)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(36.145)</b>	<b>(24.840)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>5.361</b>	<b>15.288</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	20.443	5.155
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	25.804	20.443
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>5.361</b>	<b>15.288</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 1 Contexto operacional

A Ventos de São Luís Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 18 de dezembro de 2019, e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santa Léia 12 e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 64,9MW de capacidade instalada, está localizado em Caiçara do Rio do Vento e Lajes (RN) e entrou em operação comercial plena a partir do dia 20 de setembro de 2023. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

### 2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026.

#### 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. 31 de dezembro de 2025 e 2024.

#### Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

### Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### 2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### 2.5 Retificação de erro imaterial de períodos anteriores

Durante o período de 2025, a Companhia concluiu o processo de unitização dos ativos em operação, caracterizado pela entrega final do laudo de unitização preparado por consultoria especializada.

Como resultado deste processo, identificou-se uma variação no reconhecimento da Depreciação registrada anteriormente pela Companhia no resultado versus a Depreciação calculada pela consultoria no montante total de R\$896, considerando o período desde a operação comercial plena em 20 de setembro de 2023 até 1º de janeiro de 2025, sendo R\$717 relativo ao exercício de 2024 e R\$179 relativo ao exercício de 2023.

Diante disso, os saldos de ativo, resultado e patrimônio líquido foram apresentados a maior em 31 de dezembro de 2024. Tais erros imateriais foram corrigidos nas informações anuais apresentadas em 31 de dezembro de 2025 e a tabela a seguir resume os impactos:

#### a. Balanço patrimonial

Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Imobilizado	308.817	(896)	307.921
Outros Ativos	45.523	–	45.523
<b>Total do ativo</b>	<b>354.340</b>	<b>(896)</b>	<b>353.444</b>
<b>Passivo</b>			
Outros passivos	270.174	–	270.174
<b>Total do passivo</b>	<b>270.174</b>	<b>–</b>	<b>270.174</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Reserva de lucros a distribuir	12.090	(896)	11.194
Outros	72.076	–	72.076
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>84.166</b>	<b>(896)</b>	<b>83.270</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>354.340</b>	<b>(896)</b>	<b>353.444</b>

**b. Demonstrações do resultado e resultado abrangente**

Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Custos operacionais	(27.700)	(717)	(28.417)
Outros	33.031	–	33.031
<b>Lucro do exercício</b>	<b>5.331</b>	<b>(717)</b>	<b>4.614</b>
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>5.331</b>	<b>(717)</b>	<b>4.614</b>

**c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Capital social	71.278	–	71.278
Reserva legal	798	–	798
Reserva de lucros a distribuir	12.090	(896)	11.194
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>84.166</b>	<b>(896)</b>	<b>83.270</b>

**d. Demonstração dos fluxos de caixa**

Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro do exercício	5.331	(717)	4.614
Depreciação	13.071	717	13.788
Outros	33.766	–	33.766
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>52.168</b>	<b>–</b>	<b>52.168</b>
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(12.040)</b>	<b>–</b>	<b>(12.040)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>(24.840)</b>	<b>–</b>	<b>(24.840)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>15.288</b>	<b>–</b>	<b>15.288</b>

**2.6 Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

**Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### **Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### **Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **(iv) Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas - outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

## **2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

## 2.8 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

### **Provisão para desmobilização de ativos**

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir dos custos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

## **2.9 Receitas e despesas financeiras**

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

## **2.10 Imposto de renda e contribuição social**

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

## **2.11 Arrendamento**

A Companhia cessou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

## **2.12 Receita operacional**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

## 2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

### Classificação dos juros pagos sobre financiamentos de longo prazo nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Até 31 de dezembro de 2024, a Administração classificava os juros pagos sobre dívidas de longo prazo como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa. A partir de 1º de janeiro de 2025, esses valores passaram a ser classificados como fluxos das atividades de financiamento. O propósito desta mudança é apresentar de forma fidedigna a transação dada a sua natureza, e foi adotada porque tais dívidas foram contratadas para viabilizar a construção dos empreendimentos (CAPEX) e serão liquidadas no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2024, o impacto representava o montante de R\$13.690 no fluxo de caixa, conforme tabela abaixo:

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo atual
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(13.690)	13.690	–
Outros	52.168	–	52.168
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>38.478</b>	<b>13.690</b>	<b>52.168</b>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(12.040)</b>	<b>–</b>	<b>(12.040)</b>
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	–	(13.690)	(13.690)
Outros	(11.150)	–	(11.150)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(11.150)</b>	<b>(13.690)</b>	<b>(24.840)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>15.288</b>	<b>–</b>	<b>15.288</b>

## 2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- a. **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
  - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
  - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

- b. **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:
- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
  - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

## 3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

### (i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

**(ii) Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis (“FIC Consolidador”).

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado é a dívida apresentada na Nota 8.

A Administração da Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para cumprimento do serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. A dívida contratada pela Companhia, apresentada na Nota 8, possuía risco de mercado associado à volatilidade do IPCA..

## Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	24.380	Baixa do CDI	23.520	22.712
Efeito no resultado	3.145		2.285	1.477
Aplicações financeiras vinculadas	19.412	Baixa do CDI	18.754	18.134
Efeito no resultado	2.414		1.756	1.137
Empréstimos e financiamentos	(271.413)	Alta do IPCA	(279.275)	(287.138)
Efeito no resultado	(28.466)		(36.329)	(44.192)

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	1.424	496
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	24.380	19.947
<b>Total</b>	<b>25.804</b>	<b>20.443</b>

- (a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a (11,25% a.a em 31 de dezembro de 2024).

## 5 Aplicações financeiras vinculadas

### a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas – Conta Reserva do Serviço da dívida BNDES	17.413	16.414
Aplicações vinculadas – Conta Reserva de O&M	1.999	2.202
Aplicações vinculadas – Conta Centralizadora	–	–
<b>Total</b>	<b>19.412</b>	<b>18.616</b>

Ativo não circulante	19.412	18.616
----------------------	--------	--------

As aplicações financeiras de longo prazo são referentes a obrigações de prestação de garantias assumidas pela companhia no Contrato de Financiamento celebrado com o BNDES, em 30 de novembro de 2021, a saber: (i) Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES, (ii) Conta Reserva de O&M e (iii) Conta Centralizadora. Tal recurso será mantido em conta no Banco Citibank Brasil S.A., e deverá ser mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo o valor dado em garantia, podendo ser utilizado pelo credor para liquidação de obrigações relacionadas ao contrato. Ademais, conforme previsto no Contrato de Financiamento firmado junto ao BNDES, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente nas contas de reservas, mesmo que zeradas. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 14,02% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

**b. Movimentação do saldo**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos iniciais</b>	<b>18.616</b>	<b>8.446</b>
Rendimento de aplicações	2.414	1.350
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(362)	(189)
Aplicações financeiras	2.216	18.018
Resgates de aplicações financeiras	(3.472)	(9.009)
<b>Saldos finais</b>	<b>19.412</b>	<b>18.616</b>

**6 Contas a receber de clientes**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia - terceiros	5.777	4.303
Venda de energia - partes relacionadas (nota 14)	1.015	1.160
<b>Total</b>	<b>6.792</b>	<b>5.463</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

**7 Imobilizado**

**a. Composição do imobilizado**

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Torres anemométricas	10,00%	146	(52)	94	109
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	291.640	(28.276)	263.364	275.145
Edificações	3,33% a 4%	31.168	(2.495)	28.673	29.779
Instalações	10,00 %	16	—	16	—
Provisão para desmobilização	2,86%	2.995	(193)	2.802	2.888
<b>Total</b>		<b>325.965</b>	<b>(31.016)</b>	<b>294.949</b>	<b>307.921</b>

**b. Movimentação do imobilizado**

Descrição	31/12/2024	Adições	Baixas	Adição Depreciação	31/12/2025
Torres anemométricas	109	—	—	(15)	94
Máquinas e equipamentos	275.145	990	(199)	(12.572)	263.364
Edificações	29.779	—	—	(1.106)	28.673
Instalações	—	16	—	—	16
Provisão para desmobilização	2.888	—	—	(86)	2.802
<b>Total</b>	<b>307.921</b>	<b>1.006</b>	<b>(199)</b>	<b>(13.779)</b>	<b>294.949</b>

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Adição Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	117	6	—	(14)	109
Máquinas e equipamentos	285.687	2.053	(26)	(12.569)	275.145
Edificações	29.933	966	—	(1.120)	29.779
Provisão para desmobilização	2.973	—	—	(85)	2.888
<b>Total</b>	<b>318.710</b>	<b>3.025</b>	<b>(26)</b>	<b>(13.788)</b>	<b>307.921</b>

## 8 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) no valor de R\$ R\$242.032, destinado à implantação do empreendimento.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 6,07% ao ano. O período total de pagamento é de 262 meses com carência de 28 meses. O primeiro pagamento foi realizado em 30 de março de 2024 e o último será realizado em 15 de dezembro de 2045. Em outubro de 2023 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a), previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, alienação fiduciária de ações e aerogeradores, e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecendo que a Companhia deve atingir determinado Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”).

Em 31 de dezembro de 2025, a companhia não atingiu o ICSD previsto contratualmente. Todavia, este não atingimento do ICSD não representa descumprimento de obrigação contratual que pode levar a um vencimento antecipado da dívida dado que a obrigação de manutenção do ICSD, por dois anos consecutivos, só acontece após o atestamento da conclusão do projeto (conforme definido no contrato de financiamento), o que ainda não ocorreu. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* previstos no contrato.

### a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
BNDES	271.413	274.219
(-) Custos de captação	(14.706)	(11.739)
<b>Total</b>	<b>256.707</b>	<b>262.480</b>

**b. Movimentação da conta**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	<b>262.480</b>	<b>249.816</b>
Captações	—	12.482
Juros incorridos	28.466	29.061
Pagamento de principal	(15.124)	(12.041)
Pagamento de juros	(16.148)	(13.690)
Apropriação do custo de captação	640	423
Custo de captação pago no exercício	(3.607)	(3.571)
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>256.707</b>	<b>262.480</b>
Circulante	15.343	14.790
Não circulante	241.364	247.690

**c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo**

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	14.708	6,0%
2027	15.381	6,2%	14.708	6,0%
2028	13.935	5,5%	13.325	5,1%
2029	13.935	5,5%	13.325	5,1%
2030	13.935	5,5%	13.325	5,1%
2031	13.935	5,5%	13.325	5,1%
2032	13.935	5,5%	13.325	5,1%
2033	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2034	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2035	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2036	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2037	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2038	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2039	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2040	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2041	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2042	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2043	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2044	13.098	5,1%	12.525	4,8%
2045	13.103	5,1%	12.529	4,9%
<b>Total parcelas – longo prazo</b>	<b>255.335</b>	<b>100,0%</b>	<b>258.870</b>	<b>100,0%</b>
(-) Custo de captação – longo prazo	(13.971)		(11.180)	
<b>Saldo total – longo prazo</b>	<b>241.364</b>		<b>247.690</b>	

## 9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$71.278 em 31 de dezembro de 2025 (R\$71.278 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 35.639.000 ações ordinárias e 35.639.000 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	75,85%	54.064	34.050.506	77,00%	54.886	42.275.631
Ares Eyner Participações S.A.	20,00%	14.256	7.638.000	20,00%	14.256	7.638.000
Palmyra Do Brasil Ltda.	4,15%	2.958	29.589.494	3,00%	2.136	21.364.369
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>71.278</b>	<b>71.278.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>71.278</b>	<b>71.278.000</b>

### Movimentações de capital

Em 20 de janeiro de 2025, a Palmyra Do Brasil Ltda. exerceu o direito de opção de compra que detinha em decorrência do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrado com a Casa dos Ventos S.A., adquirindo 8.225.125 ações ordinárias classe B de emissão da Companhia, que equivalem a 11,54% do total das ações e 1,15% do capital social.

### Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo no exercício e, portanto, não constituiu dividendos mínimos obrigatórios (R\$1.266 em 31 de dezembro de 2024).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo (Lucro) do exercício	(1.446)	5.331
(-) Reserva legal (5%)	—	(267)
<b>Base de cálculo – dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>—</b>	<b>5.064</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>	<b>—</b>	<b>1.266</b>

### Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo no exercício e, portanto, não constituiu valores a reserva legal (R\$267 em 31 de dezembro de 2024).

### Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a absorção do prejuízo do exercício à conta de Reserva de lucros a distribuir no montante de R\$1.446 (R\$3.081 em 31 de dezembro de 2024).

### Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$1.266 (R\$2.520 em 2024).

## 10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia elétrica	64.090	67.458
PIS e Cofins sobre vendas	(2.350)	(2.466)
<b>Total</b>	<b>61.740</b>	<b>64.992</b>

## 11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(214)	(201)
Energia comprada (a)	(12.702)	(6.391)
Depreciação	(13.779)	(13.787)
Gastos com propriedades	(930)	(1.160)
Gastos com manutenção	(4.550)	(4.646)
Outros custos	(2.329)	(2.232)
<b>Total</b>	<b>(34.504)</b>	<b>(28.417)</b>

- (a) Em relação aos impactos da Lei 15.269 de 24/11/25 que aborda, entre outros temas, o ressarcimento de projetos eólicos e solares pelos cortes forçados na geração de energia ("curtailment"), a administração da Companhia está avaliando a adesão ao termo de compromisso proposto no Art. 1º-B. Como o texto e condições detalhadas do termo de compromisso ainda não foram publicados a Companhia não pode afirmar sua adesão e portanto não reconheceu nas demonstrações financeiras de 2025 qualquer valor referente ao eventual ressarcimento. A administração segue confiante que os mecanismos adequados de ressarcimento serão implementados pela ANEEL/ONS e que a Companhia receberá sua compensação por perdas passadas em um prazo adequado.

## 12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(991)	(824)
Outras despesas gerais ou administrativas	(129)	(28)
<b>Total</b>	<b>(1.120)</b>	<b>(852)</b>

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2025, R\$928 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. (R\$792 em 31 de dezembro de 2024), conforme citado na Nota 14 Partes relacionadas.

## 13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações	5.560	3.011
Outras receitas financeiras	2	147
<b>Total</b>	<b>5.562</b>	<b>3.158</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(28.466)	(29.061)
Juros sobre provisão de desmobilização	(136)	(147)
Apropriação do custo de captação	(640)	(423)
Outras despesas financeiras	(9)	(237)
<b>Total</b>	<b>(29.251)</b>	<b>(29.868)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(23.689)</b>	<b>(26.710)</b>

## 14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>	<b>540</b>	<b>1.193</b>
Contas a receber de clientes	1.015	1.160
Venda de energia (nota 6)/(c)	1.015	1.160
Partes relacionadas - outros créditos	2	33
Transações de condomínios (b)	–	33
Contas a receber de partes relacionadas	2	–
Imobilizado	(477)	–
Adiantamento a fornecedores - condomínios (b)	(477)	–
<b>Passivo</b>	<b>99</b>	<b>1.881</b>
Partes relacionadas - outras contas a pagar	99	653
Transações de condomínio (b)	94	649
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	5	4
Dividendos a pagar	–	1.228
Dividendos a pagar para partes relacionadas	–	1.228
<b>Resultado</b>	<b>9.804</b>	<b>17.431</b>
Receita líquida de vendas	12.369	18.624
Venda de energia (c)	12.369	18.624
Custos operacionais	(1.637)	(401)
Energia comprada (c)	(1.570)	(354)
Custos com manutenção (a)	(67)	(48)
Despesas gerais ou administrativas	(928)	(792)
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	(928)	(792)

(a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía um contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres.

(b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.

(c) A Companhia possuía operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

### Remuneração da Administração

A remuneração da administração é realizada por meio de pagamentos efetuados diretamente pela Casa dos Ventos S.A., que posteriormente são rateados para suas controladas, incluindo a Companhia, e registradas como serviços tomados em despesas gerais ou administrativas. Os valores pagos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser visualizadas nesta mesma nota explicativa, nas demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

## 15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

### a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		25.804	25.804	20.443	20.443
Contas a receber de clientes		6.792	6.792	5.463	5.463
Partes relacionadas - outros créditos		2	2	33	33
Aplicações financeiras vinculadas		19.412	19.412	18.616	18.616
Fornecedores		(2.276)	(2.276)	(802)	(802)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(256.707)	(271.413)	(262.480)	(274.219)
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(99)	(99)	(653)	(653)
Dividendos a pagar		—	—	(1.266)	(1.266)
Outras contas a pagar		(660)	(660)	(73)	(73)
<b>Total</b>		<b>(207.732)</b>	<b>(222.438)</b>	<b>(220.719)</b>	<b>(232.458)</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

### b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida - BNDES	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

## 16 Imposto de renda e contribuição social corrente

### a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda - corrente	(2.645)	(2.114)
Contribuição social - corrente	(1.191)	(1.013)
<b>Total</b>	<b>(3.836)</b>	<b>(3.127)</b>

**b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	64.090	67.458
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%	8%
Lucro presumido	5.127	5.397
Outras receitas não operacionais	5.562	3.158
Alíquota vigente	15%	15%
Alíquota vigente IRPJ adicional	10 %	10 %
<b>Imposto de renda corrente</b>	<b>(2.645)</b>	<b>(2.114)</b>
Alíquota de presunção (CSLL)	12%	12%
Lucro presumido	7.691	8.095
Outras receitas não operacionais	5.562	3.158
Alíquota vigente	9 %	9 %
<b>Contribuição social corrente</b>	<b>(1.191)</b>	<b>(1.013)</b>
<b>Alíquota efetiva (%)</b>	<b>(160,5%)</b>	<b>(40,4%)</b>

**c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos iniciais</b>	<b>652</b>	<b>674</b>
Imposto de renda e contribuição social no exercício	3.836	3.127
Impostos pagos sobre o lucro	(2.943)	(1.579)
Compensações no exercício	(929)	(1.570)
<b>Saldos finais</b>	<b>616</b>	<b>652</b>

## 17 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, previdenciária, trabalhista e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

\*\*\*